SEMINA
Ciências Sociais e Humanas

Artigo

O problema conceitual da comunicação no capitalismo de vigilância

Graziele Rodrigues de Oliveira

Resumo

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão sobre a necessidade da retomada conceitual da comunicação com vistas a compreendê-la para além do saber canônico da filosofia positivista da razão instrumental. A comunicação nesse cenário de capitalismo de vigilância dá base para guiar o pensamento social segundo a doxa do capital. O alargamento do campo comunicacional com as novas tecnologias de comunicação presente em todas as instâncias da vida na contemporaneidade, exige um olhar epistemológico para o campo com vistas a entender a comunicação como ciência indispensável para se pensar nas formas de existência e experiência na sociedade.

Palavras-chave: Epistemologia da comunicação; midiatização; capitalismo de vigilância.

I Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: grazielecomz@gmail.com

https://doi.org/10.5433/1679-0383.2026.v47.55409

The conceptual problem of communication in surveillance capitalism

Abstract

The aim of this text is to reflect on the need for a conceptual reassessment of communication in order to understand it beyond the canonical knowledge of positivist philosophy of instrumental reason. Communication in this scenario of surveillance capitalism provides a basis for guiding social thought according to the doxa of capital. The broadening of the communicational field with new communication technologies present in all aspects of contemporary life demands an epistemological perspective on the field in order to understand communication as an indispensable science for thinking about forms of existence and experience in society.

Keywords: Epistemology of communication; mediatization; surveillance capitalism.; internment; medicalization; psychopharmacology.

Introdução

A compreensão conceitual de comunicação exige um retorno aos estudos que dão ênfase ao próprio termo. O alargamento do campo comunicacional com a comunicação reticular ou ainda com as novas tecnologias de comunicação presente em todas as instâncias da vida na contemporaneidade, exige um olhar epistemológico para o campo com vistas a entender a comunicação como ciência indispensável para se pensar o social, e nas formas de existência e experiência na sociedade. Por comunicação reticular considera-se a capacidade organizativa da comunicação em rede na esfera social. Da comunicação de massa centralizada e unidirecional para a comunicação interativa, multimidiática, também massiva e direcionada para o imperativo capitalista.

> As novas tecnologias apoiam e coincidem, em termos econômicos, com a extraordinária aceleração da expansão do capital (o "turf bocapitalismo") esse processo tendencial de transnacionalização do sistema produtivo e de atualização do velho liberalismo de Adam Smith a que se vem chamando de "globalização" e cuja autopropaganda, atravessada pela ideologia do pensamento único, lhe atribui poderes universais de uniformização. [...]. Entram em questão as novas nuances da economia capitalista, que tendem a favorecer uma catalaxia, ou seja, um ordenamento mercadológico do mundo, para além de qualquer desígnio humano. Isto se realiza historicamente por meio de políticas diferenciadas em seus modos de aplicação, mas com um denominador comum configurável como um novo tipo de ideologia planetarista capaz de perpassar as instâncias econômicas, políticas, sociais e culturais (Sodré, 2002, p. 11-13).

Nesse cenário, a interface entre comunicação, tecnologia e cultura é característica intrínseca. O campo comunicacional não só nasce da interdisciplinaridade dos saberes como na contemporaneidade é imperativo pensar a comunicação como base no entendimento da cultura e da organização social gerenciada pelas tecnologias em rede. Tecnologia aqui não pode ser compreendida apenas pelo seu uso funcional (a capacidade de processamento e realizações de trabalhos complexos no que tange às estatísticas, metrificação, facilitação de coleta, cálculos e/ou seleção de dados), mas como instrumentos gerenciados pelo capitalismo financeiro com capacidade de mobilização e mutação social. Constroem-se subjetividades a partir das tecnologias em rede (Sodré, 2021).

Os algoritmos que alimentam os sistemas de informação e comunicação (a inteligência artificial, as redes massivas, os aplicativos e sites) não são neutros. O desenvolvimento de um sistema de inteligência artificial, por exemplo, depende de dados estabelecidos por humanos – nunca isentos de crenças, vieses políticos, ideologias. A própria máquina em si já carrega a ideologia da ciência positivista. Isso não quer dizer que deva haver uma recusa às tecnologias novas ou velhas, mas que é necessário o debate acerca das complexidades tecnológicas e seus impactos na constituição sociocultural.

Isso posto, se faz imperativo o debate epistêmico no campo comunicacional sobre os usos sociotécnicos na construção de um modo de ser e estar no mundo. A nova forma de existência a partir da midiatização (funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia (Sodré, 2014)) exige uma reflexão não dicotômica do mundo e da ciência (a dualidade cartesiana entre a razão e o mundo sensível). Para Sodré (2014), está nos estudos da comunicação no sentido mais original da palavra *communicare* (latim) – "partilhar em comum" ou "pôr-se em comum" – o diagnóstico fundamental sobre o ser humano e suas fragilidades diante das próprias criações tecnológicas. Para Sodré (2014), muito se diz da "revolução" com que as novas tecnologias de comunicação e informação mudam o cenário social. Mas se de um lado, as novas tecnologias se assumem como promessa de democratização de conteúdos e formação de uma inteligência coletiva como defende o teórico Pierre Lévy (1999), por outro lado, essa possibilidade de interação, produção, reprodução e distribuição de conteúdo em rede não tem resultado numa pretensa busca de inteligência coletiva. Não é equivocado dizer que há espaço e possibilidades para uma maior democratização, participação política e social, contudo, em sua primazia essa participação/democratização está minuciosamente alinhada com os valores neoliberais.

Os dispositivos midiáticos se configuram assim em uma instância ideológica que se infiltra no campo social transformando formas de convívio e maneiras de experimentar/perceber a realidade concreta. Da massificação da indústria cultural via contato, isto é, sem a possibilidade de interação e participação ativa, para a formatação do social e do cultural voltada para uma nova razão do mundo – o neoliberalismo como racionalidade imperativa –. Ou seja, o "neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida" (Dardot; Laval, 2016, p. 6).

Desse modo, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão que privilegia a retomada conceitual da comunicação com vistas a compreendê-la dentro do contexto do capitalismo de vigilância e para além do saber canônico da filosofia positivista da razão (Sodré, 2014). Entende-se que a construção/produção do conhecimento científico também é construção de pensamento social e tomar posição no campo científico não quer dizer relativismo quanto ao rigor teórico-metodológico, mas um exercício crítico e reflexivo na intenção de abrir novos espaços hermenêuticos.

O conceito de comunicação e a midiatização como dispositivo de poder

De acordo com Sodré (2014) é possível observar um padrão recorrente de perspectiva científica com vistas à comunicação funcional. No campo de estudos das mídias pode-se citar McLuhan (1975) como autor pioneiro nos estudos das tecnologias eletrônicas

e informacionais (*os media*). McLuhan (1975) apostou nos meios de comunicação como expansão dos sentidos (tato, olfato, visão, audição). Para o autor, as mídias têm capacidade de ampliar o domínio do sensível e criam possibilidades de interação e conhecimento da realidade por meio dos novos meios de comunicação.

Nas pesquisas mais recentes sobre os processos comunicacionais das novas mídias pode-se citar o pesquisador Pierre Lévy no estudo das interações em rede e a aposta do que chama de cibercultura (conjunto de práticas, valores, crenças que desenvolve cultura) na possibilidade de construção de uma inteligência coletiva a partir das redes. Para Lévy (1999), o caráter aberto e participativo das redes pode fomentar a participação, produção e distribuição coletiva. O autor defende que "aquilo que identificamos, de forma grosseira, como 'novas tecnologias' recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo" e a aposta dessa atividade rumo a um "ideal do coletivo inteligente" (Lévy, 1999, p. 28). De modo afim, estão os estudos de Henry Jenkins e a cultura da convergência. Para Jenkins (2010), a possibilidade de cada indivíduo ser um potencial produtor de mensagens abre espaço para a produção e recriação de conteúdo para além da indústria cultural.

Sem querer generalizar as especificidades teóricas e metodológicas desses autores, o que eles têm em comum é a compreensão de comunicação como transmissão de mensagens. Lévy (1999) e Jenkins (2010) e tantos outros teóricos, sobretudo no estudo das mídias e as novas tecnologias comunicacionais, dão ênfase ao entendimento processual da comunicação/informação. Para Sodré (2014), esse direcionamento epistemológico e conceitual da comunicação no seu funcionamento constitui um campo científico frequente na academia e, por sua vez, é predominantemente voltado para a ciência positivista da razão instrumental. Isso não quer dizer que esses trabalhos não contribuam para o campo comunicacional, mas que há nesse direcionamento epistemológico uma ausência de debate crítico e dialético para pensar o problema da comunicação.

Segundo Sodré (2014), a ciência da razão do iluminismo – hoje, reordenada para a razão instrumental (Marcuse, 1982) – não dá mais conta de pensar as complexidades da comunicação como ciência social. Mais precisamente, não dá conta de pensar o ser humano inserido numa organização social integralmente midiatizada. Faz-se assim necessário uma mudança paradigmática nos estudos da comunicação. Para Sodré (2014) está no próprio termo *comunicação* a chave de leitura para a compreensão do campo e o novo social gerenciado pelas tecnologias da informação nos seus vários modelos e instrumentos (inteligência artificial, *Big Data*, datificação, redes sociais massivas etc.).

Dentro dessa lógica a comunicação reticular passa a ser compreendida como um código de ordenamento e vigilância social. Isto é, uma sociedade disciplinada a partir de dispositivos que dão base não só para a interação, participação e produção de conteúdo, mas que funcionam na fabricação de subjetividades.

Para Foucault (1987), a sociedade disciplinar funciona a partir de dispositivos de vigilância. A partir da metáfora do edifício prisional na forma de panóptico (originalmente do filósofo e jurista Jeremy Bentham), Foucault (1987) exemplifica outros modelos disciplinares no capitalismo. O panóptico do sistema prisional é um edifício circular onde todas as celas podem ser vistas pelo vigilante central. Os prisioneiros, por sua vez, não podem ver essa torre central, mas se sentem vigiados de forma constante. Esse mecanismo estrutural por força de exposição permanente gera um efeito psicológico cujos prisioneiros também passam a se autorregular. O panóptico enquanto dispositivo exemplifica o funcionamento das relações de poder que se alastram de modo anônimo/oculto cujas tensões convocam vigiados a também serem vigilantes. Para o autor a escola, os hospitais e diversas instituições sociais podem ser representadas a partir desse modelo de controle:

> Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (Foucault,1987, p. 221).

Agamben (2005), retoma o conceito de dispositivo para tratar de um conjunto de estratégias que conduzem e estabelecem formas de poder nas diferentes instâncias da vida social como leis, discursos, filosofias acadêmicas etc. Desse modo, entende-se por dispositivo como um conjunto heterogêneo regulador que atua em diferentes pontos da organização social, inclusive, na formatação de subjetividades. "Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo" (Agamben, 2005, p. 47). Mas o que isso tem a ver com a comunicação? Para Sodré (2014), a comunicação funcional por meio da midiatização se estabelece como novo dispositivo de fundação social. Sodré (2021) retoma Baudrillard (1999) para defender que a mídia é um novo dispositivo de controle que simula a realidade do mundo, mas se afasta cada vez mais da realidade concreta (Baudrillard, 1999).

Tais dispositivos de poder se colocam como neutralizadores do partilhar comum ou ainda da comunicação dialógica. Sob a falsa aparência de participação social nas redes está o gerenciamento preciso das crenças, opiniões, ideologias com as mais diferentes ferramentas informacionais como a datificação e a inteligência artificial e seus algoritmos. A partir da coleta de dados refinada nas redes que alia tecnologia com psicologia – algoritmização de detalhes da vida cotidiana como lugares mapeados por aplicativos, posições políticas, hábitos de consumo, comportamentos religiosos e/ou culturais capturados em cada curtida ou tempo de navegação/exposição nas páginas – dispositivos

gerenciados pelo capitalismo financeiro (Facebook, Twitter, Google etc.) mantém-se a supremacia do ethos capitalista. O "[...] capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais" (Zuboff, 2021, p. 22).

Nessa comunicação em rede direcionada para o capitalismo de vigilância, os perigos dos meios de comunicação passam da coerção/proibição (massificação de determinados temas e o pagamento de outros nas variadas formas narrativas do jornalismo, da publicidade, do cinema etc.) para a disposição livre de produção, distribuição e consumo. Contudo, ao contrário do otimismo de Lévy (1999) com relação às novas redes digitais, Zuboff (2021) alerta para a transformação da experiência humana em mercadoria:

> O capitalismo de vigilância começa com a descoberta do superávit comportamental. Mais dados comportamentais são transmitidos do que o necessário para melhorias nos serviços. Esse superávit alimenta a inteligência de máquina — o novo meio de produção — que gera predições do comportamento do usuário. Esses produtos são vendidos para empresas clientes em novos mercados de futuros comportamentais. O ciclo de reinvestimento de valor comportamental é subordinado a esta nova lógica (Zuboff, 2021, p. 125).

É preciso destacar que o conceito de capitalismo de vigilância abordado por Zuboff (2021) se concentra nos aspectos técnicos e éticos dos sistemas de informação e comunicação. Ainda que a crítica corrobore para se pensar sobre os usos sociotécnicos das plataformas digitais arranjadas com a visão neoliberal, ressalta-se aqui a atenção não para os desvios éticos e a exigência de regulação e fiscalização das mídias, mas do trabalho humano envolvido numa comunicação reticular que se coloca como *máquina objetiva*. Trata-se de uma dominância financeira e cultural monopolizada cuja dinâmica capitalista autodestrutiva podemos ler com base em Foucault (1987) e Agamben (2005) – o funcionamento processual interno da comunicação reticular como dispositivo de vigilância –, mas o cerne da discussão dessa problemática encontraremos em Marx (2015).

> Se abstrairmos do conteúdo material da circulação das mercadorias, isto é, da troca dos diversos valores de uso, e considerarmos apenas as formas econômicas que esse processo engendra, encontraremos, como seu produto final, o dinheiro. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital (Marx, 2015, p. 6).

Na pressuposta liberdade de participação e produção nas redes esconde-se as novas formas de subjetivação cujo assujeitamento a partir dos panópticos digitais que com dados precisos (os perfis gerados pela datificação – crenças, gostos, comportamentos, psicológico etc.) guiam o pensamento social segundo a doxa do capital em transformar não mais apenas o *conteúdo material*, mas a própria cultura e a subjetividade em mercadoria.

Tal como aborda Han (2014), a liberdade individual não se configura como forma genuína de liberdade, pois a própria livre concorrência já pressupõe a disputa com o outro. Se colocar em disputa quer dizer se colocar a serviço do capital, desse modo, a liberdade individual, ou ainda, o individualismo incita a exploração de si mesmo e do outro.

> O capital se multiplica enquanto competimos livremente uns com os outros. A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação. Assim, o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir: «Na livre concorrência, não são do *capital* se realiza por meio da liberdade individual. Dessa maneira, o indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital. A liberdade individual concede ao capital uma subjetividade «automática», que o incita à reprodução ativa (Han, 2014, p. 13).

São os novos dispositivos de exploração e controle que num efeito em cadeia toma conta de todas as instâncias da vida prática e social. Somos os vigiados e os vigilantes, compartilhando intimidades, trabalhando, produzindo e reproduzindo conteúdos nas redes. Sob uma comunicação funcional compreendida por transmissão de mensagens, algoritmos se encarregam de dispor nesse jogo de narrativas radicalizadas a personalização de conteúdos aos moldes dos clientes. Narrativas essas, é preciso considerar, fragmentadas. Uma comunicação que não tem tempo de permear no social para fazer sentido ou para promover experiência autêntica. Trata-se de uma comunicação sem o comum compartilhado (Sodré, 2014). Por comum não se entende o alinhamento conformado de opiniões, crenças, ideologias, mas a dialética da comunidade. Han (2014, p. 12) retoma Marx (1978), para lembrar que é na comunidade que a liberdade pessoal é possível: "Ser livre, portanto, não significa nada mais do que *se realizar conjuntamente*. Liberdade é sinônimo de comunidade bem-sucedida". É somente na troca dialógica não só da exigência dos direitos na coletividade, mas também dos deveres e responsabilidades com o coletivo, pois não há espírito comunitário possível quando este biopoder (dispositivos midiáticos) está comprometido com um projeto existencial e social inteiramente voltado para a economia monetária (Sodré, 2014).

O que se pensava com otimismo sobre a democratização de conteúdo e criação de uma inteligência coletiva a partir das tecnologias digitais, vê-se a personalização de pautas coletivas e a neutralização do poder de mobilização social com os dispositivos de vigilância de constituição da consciência social. Do capitalismo industrial para o capitalismo de consumo cuja lógica de mercado deixa de ter enfoque no uso funcional de bens, serviços e produtos para a comercialização dos sentimentos, das sensações e dos afetos. Vende-se a felicidade, a distinção social, *o status*, o glamour, mas também as crises e movimentos sociais no simbolismo da identificação individual (a pauta ambiental, o racismo, a luta feminista etc.) (Sodré, 2021). As bandeiras de luta, para Sodré (2021),

se tornam moeda de valor publicitário e propagandístico. Tal fenômeno pulveriza as pautas coletivas e personaliza as regras de convívio social.

A sociedade disciplinar como dispositivo de controle da força e da violência dá lugar para o controle via sedução para o consumo e o caráter hedonista. Regras racionais coletivas dá lugar à manifestação da ideologia individualista:

> O ideal moderno de subordinação do individual às regras racionais colec tivas foi pulverizado; o processo de personalização promoveu e incarnou ma ciçamente um valor fundamental, o da realização pessoal, do respeito pela singularidade subjectiva, da personalidade incomparável, sejam quais forem, sob outros aspectos, as novas formas de controlo e de homogeneização simultaneamente vigentes. Sem dúvida, o direito de o indivíduo ser absoluta mente ele próprio, de fruir ao máximo a vida, é inseparável de uma socieda de que erigiu o indivíduo livre em valor principal e não passa de uma última manifestação da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida associada à revolução do consumo que permitiu este desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, esta mutação na ordem dos valores individualistas (Lipovetsky, 2005, p. 11).

Trata-se de uma cultura codificada para a mercantilização de singularidades. Uma comunicação de obediência ao código informacional. Não há, nesse sentido, comunicação dialógica possível quando a lógica desse novo biopoder (dispositivos neutralizadores das tensões sociais e comunitárias) apagam as divergências próprias dos arranjos comunitários com vistas às possibilidades de terrenos hermenêuticos.

Dentro desse cenário, qual seria a saída possível para o campo comunicacional? É preciso destacar que não se trata de recusar as novas tecnologias, de negá-la ou mesmo de paralisar o debate na crítica sem oferecer pistas de saída desse ordenamento. A comunicação não funcional, nesse sentido, pode ser entendida pela sua capacidade de vínculo e longe do fascínio do desempenho técnico ou da ciência voltada para o que Sodré (2021) chama de ideologia do "saber técnico". Nessa ideologia está a concentração de estudos fragmentados em que cada área se fecha na busca pela legitimação científica (o campo científico segundo Bourdieu (1983)). A comunicação assim é entendida como "coisa comunicada":

> [...] o étimo original (*communi*s + *actio* = communicatio) nada diga realmente sobre transmissão de informações ou de mensagens, este significado dicionarizado em línguas ocidentais acabou impondo-se sobre o sentido primordial de "ação comum" ou algo como "ação o comum". Apropriado pela sociologia, ele serviu de base para o estudo das relações sociais geridas pelas modernas tecnologias da informação e emolduradas no vago quadro teórico do par "comunicação/informação", que é apenas outro nome para comunicação moderna, dita também "midiatizada" (Sodré, 2014, p. 11).

Ou seja, está nessa dimensão epistemológica de comunicação o reforço de comunicação como transmissão de mensagens apartada da dimensão cultural dialógica.

De acordo com Sodré (2014, 2021), o termo comunicação aponta para uma ruptura epistemológica funcionalista. A ciência positivista da razão europeia não dá mais conta de explicar e pensar uma organização social que está em crise. Recupera-se Paulo Freire (2010), para pensar numa epistemologia da comunicação que não nega as especificidades técnicas e o caráter prático do saber, mas que este não pode ser dicotômico (razão versus sensibilidade, ser humano versus natureza, prática sem teoria).

Considerações finais

Neste texto discutiu-se como o entendimento epistemológico da comunicação impacta não só na produção do conhecimento científico como no pensamento social. Compreender a comunicação e a lógica funcionalista com que é usada, também é uma maneira de compreender os novos ordenamentos sociais gerenciados pelo capitalismo de vigilância.

Ler a sociedade a partir da comunicação de vínculo, de busca à partilha do comum pode ser a saída para se pensar em novas formas de organização social na contracorrente dos rumos de uma sociedade à incivilidade e as crises nas suas variadas formas (guerras, crises ambientais, sociais, econômicas e políticas).

Redescrever a comunicação e as novas tecnologias nessa proposta paradigmática implica o compromisso com a emancipação social e o laço comum. E isso só pode ser possível na superação de um conhecimento monológico. Comunicação não como transmissão dos saberes, mas como um processo ontológico que considera o "viver juntos" (contraposição à sociedade individualista) e o saber não verticalizado (da academia para a sociedade de modo hierarquizado na construção do conhecimento). A visão cartesiana (razão x sensibilidade) se rompe para dar espaço a um saber não "universalista" cujo momento histórico tem o capitalismo financeiro como imperativo (Sodré, 2021). Para Sodré (2014, 2021, 2023), as ciências humanas e sociais – da qual a comunicação é indissociável – não se vale pela objetividade científica de validade, mas do seu valor enquanto construção de pensamento social.

Sob o ponto de vista educativo treinar as percepções – ou destreinar a percepção sensível dualista e guiada pelo capitalismo de vigilância – pode ser a chave para a compreensão do mundo de forma ontológica. Como nos lembra Sodré (2021, p. 34), a comunicação é "a cola do mundo", pois é por meio dela que os arranjos socioculturais, as formas de existência, a constituição de identidades e os laços coesivos acontecem.

Referências

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

BAUDRILLARD, J. *Tela total*: mito-ironias da era virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*?. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

HAN, B-C. *Psicopolítica*: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2014.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2010.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de J. C. Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015. Livro 1: o processo de produção do capital.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação*: como extensões do homem. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

SODRÉ, M. A ruptura paradigmática da comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 19-27, 2023.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho*: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. *A ciência do comum*: notas para o método comunicacional. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2014.

SODRÉ, M. *A sociedade incivil*: mídia, iliberalismo e finanças. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Recebido: 26 de maio de 2026

Aprovado: 04 de novembro de 2026